



## UN ANÁLISIS ECONÓMICO DE LA PRIVATIZACIÓN

de **JOHN VICKERS E GEORGE YARROW**  
México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

por **Cristiano Lúcio de Souza**, Bacharel em Administração e Administrador do Instituto Estadual de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Belo Horizonte, MG.

**E**m sua valiosa obra, John Vickers e George Yarrow apresentam, como ponto de referência, a economia britânica, um dos enclaves do mundo industrializado do nosso tempo. Os autores expõem uma profunda investigação sobre a problemática do processo de privatização no Reino Unido, assim como sobre o efeito imediato desta política no contexto econômico desta nação.

O livro divide-se em duas grandes partes. Na primeira, é exposto um marco teórico que compreende a discussão sobre os conceitos de propriedade privada e pública. Na parte seguinte, os autores pormenorizam o programa britânico de privatização, com referência especial à venda de ações e ao mercado de valores, às telecomunicações e às indústrias energéticas, bem como água potável e transportes.

Primeiro, os autores teorizam acerca do papel das empresas públicas. Em seguida, estabelecem um balanço sobre o papel desempenhado, antes da privatização. Sua análise permite, então, entender a situação que conduziu o Estado britânico a iniciar o processo de privatização. É explicada a estratégia-base do governo de Margareth Thatcher, a qual enfrentou o problema da deterioração econômica de sua nação no plano internacional.

A Inglaterra conseguiu responder, nitidamente, as três perguntas básicas de toda privatização: por que privatizar? o que privatizar? como privatizar?

O objetivo do governo britânico, com a privatização, visou a promover a eficácia e ampliar a participação acionária. O governo inglês optou por realizar a maior parte das vendas, através de oferta pública de ações na Bolsa de Valores de Londres. Houve ampla campanha publicitária, em televisões e jornais. O governo também procurou a participação de investidores estrangeiros na Europa, no Japão e nos Estados

Unidos. Com a privatização das empresas, os resultados alcançados foram: elas passaram a apresentar lucros crescentes; houve distribuição acionária (em 1988, o número de cidadãos que tinham ações superou, pela primeira vez, o de sindicalizados e, em 1989, uma em cada cinco pessoas da população adulta possuía ações); as técnicas de venda foram aperfeiçoadas; o Tesouro do Reino Unido arrecadou, até 1990, cifra superior a US\$ 11 bilhões de dólares; houve, segundo Madson Pirie, do *Adam Smith Institute*, de Londres, a indução da maior distribuição de riquezas da história da Grã-Bretanha, com a distribuição acionária. As lições obtidas pelos ingleses foram que a transferência da propriedade de empresas estatais para o setor privado é viável e traz grandes benefícios em termos de eficácia administrativa e melhores serviços prestados; o processo exige planejamento exaustivo; a administração e a lucratividade das empresas devem ser melhoradas, antes que possam ser vendidas, para que estejam atrativas ao capital privado e aos pequenos investidores. Além disso, na Grã-Bretanha, a privatização foi melhor alcançada, quando governo e autoridades atuaram de um lado e instituições financeiras especializadas em transações no mercado de ações, do outro, num esforço conjunto.

Thatcher visou a transformar a Grã-Bretanha numa nação cujos cidadãos possuíssem suas próprias casas e fossem proprietários das ações das empresas em que trabalhassem. Assim, mais de 40% do setor estatal da Grã-Bretanha foram privatizados, de 1980 a 1988, e mais de um milhão de ex-inquilinos de casas estatais, em 1990, já haviam se tornado proprietários.

A experiência britânica é das mais ricas e interessantes. Vickers e Yarrow acertaram ao tomar como centro de suas reflexões o modo de organização econômica que representa a sociedade britânica, à medida que permite registrar hipóteses de grande alcance às mudanças ali registradas.

Na Grã-Bretanha, o processo de privatização iniciou-se em fins da década de 70, com o governo conservador de Margareth Thatcher, hoje duquesa britânica. O que começou nos anos 70 e princípio dos anos 80 na Grã-Bretanha e no Chile, onde trabalhavam os *Chicago boys*, espalhou-se para a maioria dos países e se difundiu, não importa qual a posição econômica dos governantes no poder, em tais países. Assim, não só a Grã-Bretanha, o Chile e os Estados Unidos foram invadidos pelo inevitável fenômeno. No extremo oriente, o Japão assumiu a dianteira, como vanguardista desta experiência portentosa. *Pari passu*, as experiências, nos países industrializados, inclusive no dos autores, foram dando a pauta, teórico-prática, aos países que posteriormente incursionaram no processo de privatização. Como é o caso dos países latino-americanos (a exemplo de Brasil, México, Argentina e Venezuela), onde a privatização da economia corre paralela

às transformações políticas de grande monta. E do Leste Europeu (como a República Tcheca e a República Eslovaca, as quais levaram mais a fundo a privatização), que já rechaçaram o comunismo ortodoxo – que mata a liberdade e a imaginação – pelos insucessos que amargaram.

Com efeito, afirmou, em 1992, o francês François Furet (ex-pesquisador do Centre National de Recherche Scientifique, ex-presidente da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, atualmente Diretor do Institut Raymond Aron, em Paris, e Diretor do Comitê de Pensamento Social da Universidade de Chicago, EUA, onde leciona – um dos mais importantes historiadores da atualidade), acerca do Leste Europeu e da queda do marxismo, como filosofia explicadora do mundo: “Hoje a situação é surpreendentemente ruim e imprevisível. Todos sabiam que as economias socialistas estavam em uma situação ruim, mas a extensão do desastre econômico surpreendeu até mesmo os europeus ocidentais mais anticomunistas. (...) Trata-se de uma utopia que se transformou em um desastre” (Folha de São Paulo, São Paulo, 4 jan. 1992. Caderno 5, p. 1.) Na mesma linha, escreveu Gary S. Becker (professor de Economia da Universidade de Chicago, membro do The Hoover Institute, Presidente de Mont Pelerin Society, Prêmio Nobel de Economia de 1992 e colaborador da *Business Week*): “O histórico aparentemente positivo do comunismo mostrou ser apenas uma ilusão, e o colapso dos governos comunistas revelou que suas economias eram uma fraude” (Gazeta Mercantil, São Paulo, ago. 1992). Com a crise do paradigma socialista, o processo de privatização, em nível internacional, parece confirmar a confiança no modelo de desenvolvimento liberal, ou neoliberal, que, em sua acepção mais clássica, destina ao Estado o papel de guardião das condições externas à economia, no qual sua ação se restringe à regulação das condições do mercado. A onda de privatizações encontra respaldo doutrinário em todos os liberais clássicos. Escreveu Becker: “Adam Smith argumentou persuasivamente, mais de dois séculos atrás, que a propriedade privada é essencial para promover a riqueza das nações. As evidências que comprovam plenamente essa questão tornaram-se finalmente tão poderosas que apenas socialistas empedernidos continuam a acreditar que a extensiva propriedade estatal é um prelúdio para algo que não o desastre econômico” (Gazeta Mercantil, São Paulo, ago. 1992).

A grande onda de privatização, portanto, tem varrido o planeta, estando entre os mais importantes acontecimentos das últimas décadas: países distintos como Alemanha, Cingapura, Nigéria, Coreia do Sul, Portugal, África do Sul, Turquia, Togo, Malásia, França, Paquistão, Filipinas, Itália, Indonésia, Quênia, Holanda, Canadá e Bangladesh têm também privatizado. Já surgiram até publicações especializadas no assunto, das quais a Privatization International é considerada a melhor. Por toda parte, a motivação é semelhante: os

grandes déficits e as práticas ineficientes de emprego e investimento das empresas estatais.

Para alguns latino-americanos, inadvertidos, essas mudanças – inclusive as descritas por Vickers e Yarrow – por serem relativamente novas, às vezes assombraram e deixaram uma sensação de desmantelamento de uma concepção de bem-estar e segurança social com que os líderes governamentais acostumaram os cidadãos. Afirmou o inglês Paul Johnson: no “Terceiro Mundo, (...) muitas das novas nações, quase sem discussão, aceitaram o Estado coletivista, provedor, como uma herança natural. Seu fracasso provou ser a principal causa da permanente, senão crescente, pobreza dessas nações” (Exame, São Paulo, p. 37, nov. 1989). Do México à Argentina, passando pelo Peru, Venezuela e Brasil, as políticas neoliberais e as correntes econômicas que a elas se associam, particularmente a privatização, vão se fazendo comuns aos setores produtivos e empresariais, mal acostumados com as ingerências estatais e com as regulações. Assim, tem sido necessária toda uma campanha educacional, como ocorreram na Grã-Bretanha e na França.

No Brasil, apesar de, em algumas áreas, o Estado poder exercitar-se de forma adequada, em muitas a ingerência dele tem sido uma intromissão prejudicial e insólita ao País. No Brasil, foi típica a contradição encontrada no intervencionismo estatal, em território que lhe era estranho, como o da produção, e a clara omissão ou ineficácia no espaço que lhe estava aberto, como, por exemplo, o da educação e o da saúde. Não tem havido mais razão para o Estado – que em geral se tem mostrado péssimo gestor – investir em muitos setores. Além disso, a experiência brasileira tem sido de que as estatais, em geral deficitárias, são geradoras de inflação.

Na esteira da experiência inglesa, tão bem relatada pelos autores, como também da francesa e da espanhola, a idéia da redução do Estado na economia, com a privatização de empresas estatais, vem conquistando o Brasil, crescentemente, desde o início dos anos 80. Mas, é preciso lembrar que não existe uma maneira única de privatizar e a britânica não é exclusiva. Em cada país, ela é feita de um modo. Só na Espanha ocorreram vários processos diferentes de privatização.

Com o texto de Vickers e Yarrow, momentoso e atualíssimo, muito útil aos estudiosos e a quem tenha que tomar decisões de grande transcendência, o Fondo de Cultura Económica, do México, prova, mais uma vez, que é uma das organizações mais ilustres da América Latina, pelo seu passado e pelo seu presente. Com grandes publicações, como a dos dois autores, que têm chegado ao Brasil e a todo o continente, continua o FCE fundamental no intercâmbio latino-americano e importante na vida cultural do México e do nosso País. □